

Jornal da

CUT®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 3 · nº 27 · agosto de 2010 · www.cut.org.br



A CUT apresenta
as propostas dos
trabalhadores
para o Brasil
continuar
crescendo com
valorização
do trabalho,
igualdade,
inclusão e
participação
social

Receitas para o Brasil



CUT BRASIL
ESPECIAL

Teco

ediTorial

Dino Santos



O posicionamento da CUT sempre foi muito claro, em todos os momentos de nossa história.

Ocupamos um espaço no panorama político-sindical sempre muito bem definido. A conjuntura pode mudar, sendo mais ou menos favorável aos trabalhadores e trabalhadoras que nós e nossas entidades representamos, mas nosso lado é sempre o mesmo.

Em 2010 não é diferente. Especialmente agora, quando ficam tão nítidas as diferenças entre os projetos que disputam a oportunidade de comandar o Estado brasileiro.

Nós temos de nos envolver nesta campanha com muito afinco, para impedir o retrocesso representado pela oposição e para garantir a manutenção e a ampliação do processo de mudanças iniciado no governo Lula.

Com este objetivo, estamos realizando a campanha "CUT nas Ruas", que vai percorrer algumas das principais regiões do País para defender nossas propostas, contidas na "Plataforma da CUT para as Eleições 2010".

Outra ação é representada por este jornal, que esperamos ser um instrumento para debater nos locais de trabalho, nas comunidades, nos sindicatos, com a família, enfim, sempre que quisermos conquistar um voto para candidatos comprometidos com propostas como essas que este jornal traz.

Artur Henrique, presidente nacional

Roberto Parizotti



Desde o lançamento no 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, na capital paulista, que contou com a presença do presidente Lula e da candidata Dilma Rousseff (foto), a Central Única dos Trabalhadores passou a promover debates e atos públicos para divulgar a Plataforma da CUT para as Eleições 2010. Ao longo deste ano, a central percorrerá todo o Brasil para divulgar as 223 propostas divididas em três eixos: Valorização do Trabalho, Igualdade, Distribuição de Renda e Inclusão Social e Estado Democrático com Caráter Público e Participação Ativa da Sociedade.

expediente:

Jornal da CUT é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Adelson Ribeiro Telles; Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmem Helena Foro; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; José Lopez Feijão; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane da Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaías Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaías Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Éder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** TMax Propaganda, **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 2 milhões de exemplares.



A PARTIR DO DIA 20/08 NO AR
www.cut.org.br

RÁDIO
CUT

Receitas para o Brasil



Receitas **CUT** BRASIL

Valorização do trabalho

Geração de emprego

Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e implementar políticas específicas para micro e pequenas empresas



Pelo trabalho decente

Aprovar o Projeto de Lei (PL) 1621/07 para combater todas as formas de trabalho precário, garantir igualdade de direitos aos terceirizados e aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 430/2001, que expropria terras onde for constatada a exploração de trabalho escravo

158 e 156

Ratificar e aplicar convenções da OIT como a 158 (que coíbe a demissão imotivada) e a 156 (igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho)



Trabalho decente no comércio

Garantir a preservação da cultura local na instalação de grandes redes varejistas e alterar a lei de licitações para que as empresas cumpram as Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos

Inclusão social

Implementar políticas públicas de inclusão de trabalhadores/as com deficiência no mercado de trabalho e estabelecer mecanismos que garantam às trabalhadoras/es doméstico/as a extensão dos direitos dos demais trabalhadores

Divisão de responsabilidade

Aprovar a PEC que institui a licença-paternidade de 180 dias a ser gozada após a licença maternidade



Meio ambiente e participação social

Implementar o Protocolo de Entendimento firmado entre CUT e

o Ministério do Meio Ambiente e a portaria 338/08, garantindo maior participação dos trabalhadores/as no processo de licenciamento ambiental

Integração a favor do emprego

Avançar na implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER) ampliando e integrando a qualificação profissional, a intermediação de mão de obra e o seguro desemprego

Liberdade de organização sindical

Ratificar a convenção 87 da OIT (liberdade de organização sindical) e aplicar convenções como a 151 (direito à negociação coletiva e representação no local de trabalho para os servidores públicos)



Receitas para o Brasil



Receitas CUT BRASIL

Fim das práticas antissindiciais



Combater as práticas antissindiciais como a demissão do trabalhador filiado a um sindicato

Reabilitação profissional

Definir políticas locais e regionais de reabilitação profissional com articulação entre Saúde, Trabalho, Previdência Social e Assistência Social



desenvolver ações que contribuam com a implementação do Programa Brasil sem Homofobia e garantir políticas públicas que combatam a discriminação em todas as suas dimensões

Tecnologia, inclusão e participação

Integrar as políticas de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico com as de meio ambiente para que o crescimento produza inclusão social, criação de empregos sustentáveis e substituição de processos produtivos prejudiciais à saúde do trabalhador

Pela contribuição negocial

Aprovar a lei que extingue o imposto sindical, no setor privado, e extinguir a Instrução Normativa 01, que estabelece a cobrança sindical no setor público, substituindo pela Contribuição da Negociação Coletiva



Controle social na saúde

Fortalecer mecanismos de controle social e ações que assegurem a vigilância a partir dos locais de trabalho, substituindo CIPAS por Comissões de Saúde Autônomas, sob controle dos trabalhadores



Previdência para a promoção da saúde

Superar a lógica meramente arrecadatória e fiscal da Previdência Social, fazendo com que suas ações sejam instrumentos efetivos de promoção de saúde

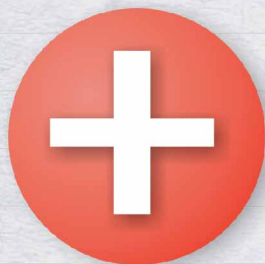


Proteção dos trabalhadores e do meio ambiente

Garantir que a transição para uma 'economia verde' mantenha postos de trabalho e meios de vida decentes para todos

Formação na área da saúde

Alterar o conceito de saúde-trabalho para implementar a ideia de saúde do trabalhador nos cursos de capacitação, graduação e pós-graduação das áreas de saúde



Contra todas as formas de discriminação

Aprovar o PLC 122/2006 que criminaliza a homofobia,

Receitas
para o Brasil



Receitas **CUT** BRASIL

Igualdade, Distribuição De Renda e Inclusão Social

Salário Mínimo



Garantir a manutenção da política de valorização do salário mínimo no longo

prazo e aprovação da legislação que trate do tema

Aposentados

Estabelecer políticas específicas visando a valorização e recuperação da renda dos/as aposentados/as

Seguridade Social

Consolidar o Sistema de Seguridade Social brasileiro, inclusivo e estável. Implantar mesas de negociação, reconhecendo-as efetivamente, como instrumento democrático de gestão do sistema



Desenvolvimento Urbano

Implementar uma política nacional que articule Estados e Municípios para adoção de práticas e ações destinadas a resolução dos problemas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana

Copa do mundo e Olimpíada



Incorporar os princípios e conceitos de cidades verdes nas doze (12) sedes da Copa do Mundo 2014 e na

sede da Olimpíada 2016, enfatizando construções sustentáveis e o transporte coletivo de massa

Controle social do PAC

Constituir, através das representações no Conselho Nacional de Cidades e nos Conselhos Estaduais e Municipais, grupos que monitorem e acompanhem a aplicação dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC



Moradia

Aprovar a PEC da Moradia 285/2008 garantindo recursos públicos e orçamentários federais, estaduais e municipais nos processos de construção, de reforma e ampliação de habitação e na urbanização das cidades

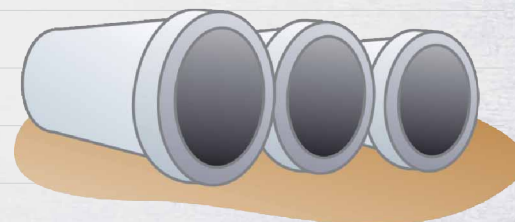
Transporte coletivo

Incentivar o transporte coletivo (metrô, ônibus etc) de qualidade e preços acessíveis. Redefinir as fontes de recursos possibilitando implementar a gratuidade no sistema de transporte público para jovens estudantes e desempregados em geral



Saneamento básico

Regulamentar a Lei Nacional de Saneamento Ambiental, com a constituição de mecanismos de controle social nela previstos. Garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento em quantidade e qualidade adequadas a todos (as) previstos. Garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento em quantidade e qualidade adequadas a todos (as)



Receitas para o Brasil



Receitas CUT BRASIL

Política energética

Adotar política energética que garanta a soberania nacional, a sustentabilidade de sua produção e uso e o respeito do meio ambiente. Universalizar até 2025 o acesso à energia elétrica no país

Petróleo



Garantir o controle estatal e social do petróleo e que os recursos excedentes sejam destinados a investir em pontos estratégicos como educação, saúde, pesquisa e tecnologia, infraestrutura, reforma agrária e a segurança social

Educação

Garantir as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Nacional de Educação e das políticas de valorização dos profissionais de educação, incluindo a imediata adoção do piso salarial profissional nacional, da política de carreira e jornada e do ingresso via concurso público

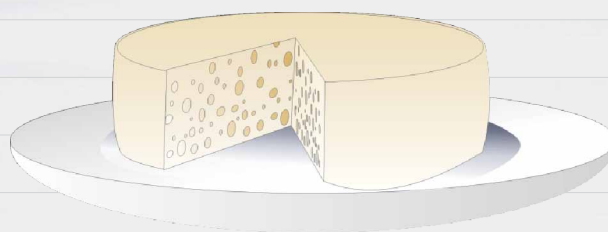


Educação no campo

Resgatar e fortalecer o ensino em escolas técnicas agrícolas, nos níveis fundamentais e médio, com uma política de financiamento especial, com distribuição e avaliação dos materiais didáticos, garantia de merenda escolar de qualidade, garantia do transporte escolar público, gratuito e seguro

Desigualdades regionais

Construir um projeto de Desenvolvimento Regional com base no cooperativismo, no associativismo e na economia solidária propiciando as condições de apropriação de conhecimento, geração de renda e agroecologia



Desmatamento

Estabelecer junto aos governos alternativas sustentáveis de produção e consumo que reduzam o desmatamento produzido pela pecuária, soja e exploração de madeira. Recuperar áreas degradadas nos diversos biomas

Agricultura familiar

Fortalecer a agricultura familiar via fomento de crédito, implantação da infraestrutura necessária, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas. Priorizar a concessão de crédito aos pequenos e médios produtores e a aquisição da produção da agricultura familiar nos sistemas de compras governamentais



Reforma agrária

Apoiar a desconcentração da posse de terra e a manutenção das famílias no campo através da reforma agrária. Garantir a revisão dos índices de produtividade e estabelecimento do limite da propriedade da terra para 35 módulos fiscais

Economia solidária

Fortalecer a economia solidária através da comercialização, crédito, marco jurídico, formação, cooperação internacional, tecnologia, redes e cadeias e políticas públicas



Receitas para o Brasil



Receitas **CUT** BRASIL

Estrutura, gestão e orçamento público a favor do desenvolvimento sustentável

Serviços públicos e preços

Promover política adequada de “preços administrados” para que serviços de energia, telefone, água, transporte, entre outros, não sirvam para acumulação privada.



institucionalizando o Orçamento Participativo Federal como política de governo.

Consulta popular

Regulamentar o Artigo 14 da Constituição Federal, que trata de plebiscitos e referendos.

Menos juros, mais democracia

Reduzir as taxas de juros para diminuir o endividamento público e os seus encargos e ampliar e democratizar o Conselho Monetário Nacional, incluindo representantes dos trabalhadores.

Papel dos bancos



Estabelecer contrapartidas sociais e ambientais em todos os investimentos e financiamentos

de bancos públicos e regular as atividades de instituições bancárias estrangeiras, subordinando-as aos objetivos nacionais.

Servidores públicos

Implementar a Política de Valorização dos Servidores Públicos por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários

Direitos Humanos

Garantir a implementação do PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos.



Controle social e participação

Assegurar e ampliar o controle social e a participação dos movimentos sociais nas instâncias de decisão de políticas públicas por meio de conselhos e



Superávit menor, investimento maior

Diminuir as metas de superávit primário, ampliando a capacidade de investimentos em infraestrutura, em políticas sociais e serviços públicos de qualidade

Reforma tributária

Adotar uma reforma tributária que tenha a progressividade como princípio e amplie a tributação sobre propriedade, lucros e ganho de capital, implantando ainda o imposto sobre grandes fortunas e heranças.



Imposto especulação

Adotar a ampliação da tributação para a remessa de lucros das empresas transnacionais e para o capital especulativo, que não gera empregos.

Receitas para o Brasil



Receitas **CUT** BRASIL

Imposto de renda

Continuar o processo de revisão da tabela do Imposto de Renda para desonerar os menores salários, aumentar o número de faixas e rever as alíquotas aplicadas



compatibilização com a sustentabilidade ambiental e a geração de empregos formais

Produção nacional

Definir os setores a serem beneficiados por recursos públicos, levando em consideração critérios estratégicos, como maior valor agregado e incentivo à produção nacional

Violência contra a mulher

Combater a violência contra as mulheres, incentivando a plena aplicação da Lei Maria da Penha, por meio do apoio a ações, como a criação de casas-abrigo e de centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e família.



Contrapartidas para financiamento público

Estabelecer critérios como geração de emprego, redução da rotatividade, respeito à convenção 158 da OIT e respeito à negociação coletiva para concessão de crédito

Política ambiental

Adotar um acordo, estabelecendo limites para emissão de gases estufa e revigorar a Política Nacional de Segurança Química, com o objetivo de articular e integrar todos os órgãos e setores envolvidos na extração, uso, manuseio, transporte e descarte de substâncias químicas

Democratizar os meios de comunicação

Garantir a implementação das propostas da 1ª Conferência de Comunicação para acabar com o oligopólio privado e democratizar o acesso, a produção e os meios de distribuição do conteúdo

Política industrial

Incluir nas metas do Programa de Desenvolvimento Produtivo a distribuição da renda gerada pelo crescimento econômico, a

Reciclagem

Criar programas de incentivos aos investimentos em tecnologias ambientalmente sustentáveis e viabilizar o setor de reciclagem nas diversas cadeias produtivas



Banda larga e produção independente

Universalizar o uso da banda larga, transformando-a em serviço prestado em regime público, e incentivar as rádios e TVs comunitárias e a produção independente



Segurança pública

Implantar o Sistema Único de Segurança Pública, articulando as polícias dos três níveis de governo, aplicando conceito de segurança cidadã